

## ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITE GESTOR - 18/09/2009

No décimo oitavo dia do mês de setembro de dois mil e nove, às dezessete horas, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito reuniram-se conforme lista de frequência anexa os membros integrantes do Comitê Gestor do Maciço do Morro da Cruz. Na oportunidade estiveram presentes trinta e três pessoas representando entidades comunitárias, governamentais, ONGs, moradores e empresas contratadas. **Professor Salomão Mattos Sobrinho** saudou os presentes, justificou a ausência do Secretário de Habitação Átila Rocha dos Santos e explicitou que o objetivo da reunião é a discussão sobre o acompanhamento das questões pendentes decorrentes das chuvas de 2008. Na oportunidade, foram apresentados: Sr. Luiz Américo Medeiros - Secretário Adjunto de Obras - SMO; Sra. Marlene Dias – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude - SMASJ; Vera Lucia Alves Schneider – COHAB/SC e Sr. Luiz Eduardo Machado coordenador da Defesa Civil de Florianópolis. Inicialmente, a SMHSA apresentou breve relato do acompanhamento das situações de emergência ocasionadas pelas chuvas de novembro de 2008, ao final da ata segue os slides apresentados. **Srº Luiz Américo** informou que para desmonte de rochas a SMO tem poucos recursos até o final deste ano. Esclareceu que a Defesa Civil encaminha as demandas à Secretaria, que por sua vez, analisa o que se trata de área pública e privada, lembrou que fora executado um muro das emergências na comunidade do Jagatá. **Engº Américo** da SMHSA, esclareceu que tem uma empresa fazendo os levantamentos e projeto para áreas com risco de deslizamento, que posteriormente deverá ser executado com novo aporte de recursos. **Assistente Social Kelly** justificou a ausência da Defesa Civil Estadual que está no oeste catarinense em função dos estragos provocados pelo tornado no município de Guaraciaba. Esclareceu que os recursos do Ministério das Cidades são para atender a coletividade, ou seja, obras que tenham interface pública, não podendo por exemplo, construir muros de contenção entre vizinhos, em terrenos privados. A necessidade de obras provenientes de sinistros em espaço privado, deve ser proveniente da Defesa Civil em resposta a uma situação de emergência, devidamente caracterizada. Informou que parte da necessidade dos 7.722m<sup>3</sup> de muro de contenção mapeado, deve estar incluso no PAC complementar. **Sr. Machado** informou que a Defesa Civil municipal não tem esse recurso disponível, por isso está priorizando as situações que envolvem a coletividade. Informou que em dias considerados em estado de normalidade, atendem de cinco a seis ocorrências por semana, e quando em estado de emergência chega a registrar trezentas ocorrências. A Defesa Civil está tentando aumentar seu efetivo. A Assistente Social **Kelly** esclareceu que há duas formas de intervenção: em estado de emergência, com dispensa de licitação a Defesa Civil Estadual libera recurso; após a emergência, com utilização de recursos próprios do município. **D. Neide** enfatizou que no decorrer da vigência do decreto de situação de emergência deve ser criada uma força tarefa para atendimento breve dos casos, pois a lei prevê cento e oitenta dias e o governo não consegue agilizar as respostas no decorrer desse prazo. A Assistente Social **Kelly** reiterou a fala da D<sup>a</sup> Neide, destacando que passados os seis meses não é mais considerado situação de emergência, sendo vedada sua prorrogação depois desse prazo. Pontuou os problemas divulgados pela imprensa com a recuperação do porto no município de Itajaí, e Blumenau, que permanece com duas mil pessoas em abrigos. A Defesa Civil Estadual solicitou prorrogação por mais noventa dias do decreto estadual, o que não foi acatado pela Nacional. Recentemente foi noticiada na imprensa, a prorrogação de mais noventa dias na situação de emergência do Estado da Bahia em função de estiagem, após os cento e oitenta legalmente previstos. “São questões burocráticas, legais e políticas que prejudicam a população” finalizou.

50 **Sr. Valdecir** da Caeira reclamou da morosidade do atendimento, salientando que o  
51 impasse vem de Brasília mas os problemas se estendem para as comunidades, onde as  
52 casas irão cair, e por falta de ação da Prefeitura. Abordou que foi chamado na SMO para  
53 apresentar três situações de risco prioritárias na comunidade porém, nada foi executado,  
54 retornou na secretaria e saiu de lá sem alternativa nenhuma. **Sr. Clair** do Morro da  
55 Penitenciária informou que quatro muros não foram inclusos no PAC complementar,  
56 dos quais está solicitando providências imediatas. Um caso específico a Defesa Civil  
57 indicou a remoção da família e esta não aceitou sair de casa, permanecendo no risco e  
58 colocando outras três casas em risco. **Sr. Sulimar** da comunidade do Jagatá informou  
59 que também foi chamado na SMO para apresentar suas demandas, solicitando que  
60 escolhesse três prioridades, e igualmente nenhuma providência foi tomada. Criticou a  
61 estratégia do poder público, avaliando como desrespeito e descaso pois o secretário  
62 adjunto indicou que não tem mais recursos para o ano. No caso de sua comunidade,  
63 registrou que a vida de sessenta e nove pessoas está em jogo, entre elas quarenta e três  
64 adultos e vinte e seis crianças. Questionou qual o valor dos recursos que Florianópolis  
65 recebeu para atender as emergências. Ponderou que para a recuperação da SC 401 foram  
66 destinados recursos das emergências mas, para atender as situações dos morros e tirar as  
67 pessoas do risco não houve prioridade. Considerou que não dá mais para esperar pela  
68 solução da Prefeitura, defende a posição de encaminhamento do caso ao Ministério  
69 Público Estadual, e indicou que, independentemente da tomada de decisão das demais  
70 comunidades, enquanto representante do Jagatá dará esse encaminhamento. **Eng.**  
71 **Américo** informou que a SMHSA tem seiscentos mil reais disponibilizados pela Defesa  
72 Civil Estadual para a aquisição de terreno, e que receberam duzentos e cinquenta mil  
73 reais em material de construção para atender os casos de melhorias nas habitações  
74 atingidas. Acrescentou que tem famílias que ocupam a área indevidamente e depois  
75 responsabilizam unicamente a Prefeitura pela situação de risco a que estão expostas. **Sr.**  
76 **Sulimar** retrucou dizendo o Maciço não quer terreno, quer muros de contenção. A  
77 Assistente Social **Kelly** rememorou que a Prefeitura, além dos recursos apresentados  
78 pelo Américo, através da Secretaria de Assistência Social está mantendo com o  
79 pagamento de aluguel social, 76 famílias atingidas pelas chuvas de novembro/2008 e  
80 outros sinistros. **Sr. Sulimar** reclamou que a Secretaria de Meio Ambiente e  
81 Desenvolvimento Urbano não deu notícias até o presente momento sobre a ausência do  
82 secretário em reunião agendada, onde todas as lideranças estiveram presentes e sem  
83 justificativas, após longo tempo de espera foi cancelada, sendo que as casas continuam  
84 sendo construídas a revelia da fiscalização do poder público. Por fim, disse concordar  
85 com o Eng<sup>o</sup> Américo no que diz respeito a responsabilidade individual das pessoas com  
86 seus locais de moradia pois, jamais iria comprar uma casa ou terreno em local onde tem  
87 pedra prestes a cair. **Sr. Jair Batista Ramos** relatou que no Mont Serrat tem seis  
88 famílias atingidas, já realizaram reuniões com técnicos na comunidade mas ninguém  
89 assume a responsabilidade pela resposta. São duas casas para reconstrução e quatro  
90 muros de contenção, os moradores estão perdendo a credibilidade e dizem que as  
91 lideranças estão enrolando. Refletiu que tem recurso para as escolas de samba porém, os  
92 sambistas estão em risco de vida nas suas comunidades. Sugeriu uma reavaliação nos  
93 levantamentos e verificar quem continua em situação de risco para incluir no aluguel  
94 social. **Sr. Maxwell** reiterou a proposta em reavaliar as situações de risco. **Cirílio**  
95 apresentou sua preocupação em relação a dois dos cinco casos de risco no Morro do  
96 Horácio. Destacou que tem famílias que alugaram casas também em situação de risco e  
97 que está sendo ameaçado por um morador que atribui ao presidente da Associação de  
98 Moradores a resolução do seu problema. Sugeriu que a primeira força tarefa seja

99 organizada pela SMDU para agilizar na fiscalização. **Lenira** informou que tem alguém  
100 na SMO prometendo há meses pedras para uma moradora do Morro do Céu, não  
101 cumpriu e está literalmente enrolando a referida senhora. Destacou que essa situação é  
102 uma vergonha para o poder público, além de profundo desrespeito. A situação é grave, a  
103 própria comunidade ajuda com cesta básica e pagamento de aluguel. **Dª Neide** informou  
104 que não foi tomada nenhuma providência com relação as duas rochas indicadas em sua  
105 comunidade, além do muro de contenção que a cada chuva aumenta a fenda e ameaça a  
106 casa que está na parte superior. Sugeriu fazer um abaixo assinado para mudar a  
107 legislação federal, possibilitando que o decreto fique valendo até a efetiva solução do  
108 problema. **D. Clara** reiterou a colocação do Américo sobre as pessoas que estão vendo  
109 as casas em situação de risco e mesmo assim compram. Apontou que existem dois tipos  
110 de pessoas, as inconstituintes que fazem do jeito que dá e os prevaletidos, que fazem  
111 grandes construções em área de risco para transformar em quitinetes e alugar, situação  
112 que ocorre muito em sua comunidade, no presente momento há um morador  
113 construindo mais seis com essa finalidade. A SMDU está desarmando as lideranças que  
114 tentam impedir as construções irregulares chamando a fiscalização porém, como ela não  
115 funciona continuam as invasões e especulação imobiliária. Neste mesmo sentido, **Sr.**  
116 **Rogério Antônio** salientou a falta de fiscalização também no Morro da Mariquinha, e  
117 como consequência está surgindo inúmeras casas. Com relação às situações de  
118 emergência destacou três situações a da Cristina, a do Assis e de uma casa que caiu. **Sr.**  
119 **Matias** enfatizou os problemas referentes às pedras e muros de contenção. Na  
120 oportunidade, **Srª Marlene Dias** representante da SMASJ reitera a falta de fiscalização  
121 no município Com relação às situações de emergência, informou que setenta e seis  
122 famílias estão sendo atendidas pela Secretaria com auxílio aluguel. Referindo-se a  
123 colocações de algumas lideranças quanto a famílias que continuam em situação de risco,  
124 indagou por que elas não foram orientadas a buscar o auxílio aluguel na Secretaria de  
125 Assistência? E na sequência, reforçou a sugestão apresentada em reavaliar as casas  
126 ainda em risco. **Sra Vera Lucia Alves Schneider** da COHAB/SC justificou a  
127 impossibilidade da presença da Presidente Srª Maria Darcy Motta por conta dos  
128 problemas provenientes das catástrofes, informando que a mesma irá à Brasília na  
129 segunda feira para buscar mais recursos. Destacou que a COHAB/SC é parceira para  
130 buscar alternativas, já foi feito sobrevôo sobre o município para identificar terrenos para  
131 a construção das casas em Florianópolis, portanto, Prefeitura, COHAB/SC e CAIXA  
132 estão buscando alternativas para viabilizar os recursos do Projeto Minhas Casas Minha  
133 Vida, do Ministério das Cidades, para a construção das habitações das emergências  
134 porém, o terreno deverá ser disponibilizado pelo município. Finalizou informando que  
135 levará à Presidente todas as preocupações apresentadas. Com relação às situações de  
136 risco, **Kelly** destacou que há critérios para encaminhamento para o aluguel social, o  
137 primeiro deles é o laudo da Defesa Civil interditando a residência, e que não há  
138 condições de encaminhamento direto para a SMHSA para inclusão no benefício, por  
139 questões de precariedade habitacional. Finalizou apresentando um caso do Alto Caieira  
140 onde o morador comprou sua residência a cinco meses, em condições precaríssimas, e  
141 foi encaminhado por alguém da associação de moradores para a secretaria com o  
142 objetivo de ser incluído no aluguel. **Srº Jair** do Monte Serrat, reforçou a necessidade de  
143 se retomar a discussão sobre a questão das habitações no Maciço, sugerindo inclusão de  
144 pauta em reunião do Comitê Gestor. Para que a reunião fosse encerrada, **Profº Salomão**  
145 sugeriu a deliberação dos encaminhamentos propostos: **1) Elaboração de abaixo**  
146 **assinado para a Defesa Civil Estadual solicitando revisão da lei e liberação de**  
147 **recurso para o município; 2) Formatação de nova força tarefa para revisão das**



148 situações de emergência e posterior encaminhamento para o aluguel social; 3)  
149 **Remarcar a reunião com o Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento**  
150 **Urbano; 4) SMO execute emergencialmente o desmonte das pedras nas**  
151 **comunidades do Jagatá e Santa Vitória, além das vistorias nos casos de muros de**  
152 **contenção, em parceria com a engenharia e social do Projeto do Maciço,**  
153 **necessidades apontadas pelas seguintes comunidades: Morro do Céu, Jagatá, Alto**  
154 **Caeira, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária e CONSEBAN. Nada mais**  
155 **havendo a tratar nós, Paulina Korc e Rosângela Piccoli redigimos a presente ata.**

## ANEXOS

### Atendimentos em parceria da SMHSA, SEMAS, Defesa Civil e lideranças comunitárias

Famílias atendidas nov. 2008	99
Famílias atendidas 2009	129
Total	228

### Situações encontradas

CASAS	<p>AUXÍLIO ALUGUEL</p> <p>Total famílias atendidas no município SEMAS = 70</p> <p>45 relativo chuvas novembro 2008</p> <p>25 outras demandas de 2009 - chuvas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- vento</li> <li>- incêndio</li> </ul>
	No Maciço do Morro da Cruz = 39

### Situações encontradas

CASAS	<p>AUXÍLIO REAÇÃO HABITAÇÃO</p> <p>Total de famílias cadastradas no município = 98</p> <p>Maciço = 55      17 casas no local 38 remoções</p> <p>Demais localidades = 43</p>
-------	---

## Situações encontradas

---

CASAS	MELHORIAS HABITACIONAIS
	Tot.atendimentos no município = 23
	Maciço = 09
	Demais localidades = 14

## Casos Maciço do Morro da Cruz Necessidade de outras obras – redução de risco

---

Muros contenção	7.722 m <sup>3</sup>
Desmonte Rochas	376m <sup>3</sup>
Unidade Sanitária	3

## Demandas

---

### DEFESA CIVIL MUNICIPAL

- Agilidade na execução de novas vistorias de situações de risco
- Investimento em prevenção de riscos

### SECRETARIA DE OBRAS

- Solução das demandas encaminhadas pela Defesa Civil
- Desmonte de rochas (geral)
- Construção de muros (fora do PAC)

## Demandas

---

### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Pagamento de aluguel;
- Concessão de benefícios.

### COHAB

- Reconstrução das casas (aguardando resposta)

## Demandas

---

- DEFESA CIVIL ESTADUAL
- Recursos aquisição de terreno
- Recursos material de construção